

**RELATÓRIO DA COMISSÃO:
COMISSÃO XXIII
Educação Teológica II**

Quanto ao documento 287.

Oriundo do(a):

Educação Teológica.

Ementa:

Sugestão de modificação do Regimento Interno dos Seminários e JURETs.

O SC/IPB - 2010 RESOLVE:

Aprová-lo com as seguintes alterações:

Art 2º - Manter a alínea "e" do RI original;

Art 7º - Parágrafo 3º, alterar para duas reuniões consecutivas, e não três;

Art 9º - Manter a alínea "f" do RI original e excluir as alíneas "f", "g" e "h" da proposta;

Art 14 - Acrescentar na proposta, ao final do caput do artigo, a frase "ou impedimentos legais", bem como no parágrafo único;

Art 16 - Manter a alínea "m" do RI original e excluir a alínea "q" da proposta;

Art 19 - Manter o caput do RI original;

Art 22 - Manter a redação do RI original;

Art 23 - Manter a alínea "n" do RI original e excluir a alínea "n" da proposta.

REGIMENTO INTERNO DOS SEMINÁRIOS TEOLÓGICOS DA IPB

CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO, DURAÇÃO E FINS.

Art. 1.º - Os Seminários Teológicos Presbiterianos são instituições de ensino superior, com duração indeterminada; têm como entidade mantenedora a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). , seu objetivo principal é a formação de Ministros para a Igreja, bem como desenvolver a pesquisa e os conhecimentos no campo da Teologia e outros cursos nos



**Igreja Presbiteriana
do Brasil**
PROTOCOLO No LXXXV

Roberto Brasileiro Silva
Presidente do SC/IPB

Data: 15/07/2010

termos do Artigo 24. Os cursos mantidos pelos Seminários Presbiterianos, assim como os diplomas concedidos pelos mesmos, antecedem os requerimentos do Ministério da Educação e Cultura de 1999 e 2004 (Parecer 241/99 e 063/04) que tratam de cursos teológicos em Instituições de Ensino Superior. Conseqüentemente os seminários da IPB não se enquadram naqueles requisitos optando pela manutenção de cursos livres, úteis à expansão do presbiterianismo e ao crescimento do Reino de Deus no Brasil, sem submeter seus cursos a padrões e julgamentos seculares.

Art. 2º - No desenvolvimento de suas atividades, os Seminários procurarão cumprir a sua finalidade, observando os seguintes princípios básicos:

- a) Fidelidade às Escrituras Sagradas, como única regra de fé e prática;
- b) Ensino segundo os princípios da fé reformada, expresso pela lealdade à Confissão de Fé da IPB e seus Catecismos Maior e Breve, como fiel sistema expositivo de doutrina;
- c) Obediência à Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil.
- d) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, a arte, o pensamento e o saber teológicos, observados os princípios expressos nas alíneas "a" e "b" deste artigo e a alínea "c" do artigo 24;
- e) Promoção de elevados padrões de espiritualidade e qualidade de ensino;
- f) Valorização das experiências formadoras da vida pastoral e missionária e aplicação do conhecimento adquirido à obra missionária e às igrejas presbiterianas em todo o território nacional;
- g) Oferta de ensino, diurno e/ou noturno, adequado às necessidades das igrejas da região e às possibilidades dos Seminários;

Art. 3º - Os Seminários, criados pelo Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil (SC/IPB), oferecerão programas de graduação, pós-graduação (Lato e Stricto Sensu) e cursos de extensão no campo da Teologia.

Parágrafo Único: Os cursos stricto sensu somente serão oferecidos mediante parecer da Junta de Educação Teológica e após aprovação do SC/IPB, seguidos eventuais procedimentos estabelecidos por ele ou sua Comissão Executiva.

CAPÍTULO II - DA ADMINISTRAÇÃO.

Art. 4º - A administração dos Seminários é exercida por meio das seguintes instâncias: Junta de Educação Teológica (JET); Junta Regional de Educação Teológica (JURET); Diretor e Congregação.

Art. 5º - A JET, estabelecida pelo SC/IPB, superintende a obra de educação teológica da Igreja, nos termos do seu Regimento Interno.

Seção I: Da Junta Regional de Educação Teológica (JURET).

Art. 6º - A JURET é subordinada a JET e é o órgão encarregado de superintender a administração de um ou mais Seminário(s) de uma determinada região geográfica, de acordo com a definição do SC/IPB.

Art. 7º - A JURET é constituída de 5 membros titulares e seus suplentes, sendo 3 pastores e 2 presbíteros, eleitos pelo SC, ou por sua CE, observando a representação de cada Sínodo da Região, não podendo ter mais de um representante por Sínodo como titular, exceto em casos em que suplentes tenham que assumir a vaga deixada por um titular.

parágrafo 1º - O mandato dos membros da JURET é de 4 anos com nomeação feita pelo SC/IPB ou pela CE-SC/IPB, a cada 2 anos alternadamente.

parágrafo 2º - Não podem integrar a Junta Regional de Educação Teológica membros da JET eleitos pelo SC/IPB, da Congregação, nem membros dos corpos docente e discente, nem funcionários do(s) Seminário(s) superintendido(s) pela JURET.

parágrafo 3º - O membro que faltar a duas (2) reuniões consecutivas sem justificativa será substituído pelo suplente, e seu Sínodo será comunicado de seu desligamento da JURET. Compete aos membro confirmarem o seu comparecimento com antecedência de cinco (5) dias da data da reunião.

parágrafo 4º - No impedimento de comparecimento de um membro titular, ou na ausência de confirmação, o suplente deverá ser convocado para aquela reunião específica;

parágrafo 5º - Quando um Sínodo tiver mais de um representante na JURET em função de um suplente assumir a vaga de um titular, a CE/SC corrigirá a situação em sua próxima reunião ordinária, indicando um novo titular para o mandato de 4 anos, voltando o suplente à sua posição.

Art. 8º - As áreas de atuação das JURETs são definidas conforme resolução do SC/IPB, que determina a distribuição geográfica dos Sínodos. Parágrafo Único - Os Seminários a serem criados serão jurisdicionados pela JURET de sua região.

Art. 9º - Compete à JURET:

- a) Superintender o(s) Seminário(s) em sua área de atuação;
 - b) Receber e analisar a(s) proposta(s) orçamentária(s) do(s) Seminário(s) da sua região, submetendo-a(s) à aprovação da JET;
 - c) Contratar e destituir o Diretor do(s) Seminário(s) da sua jurisdição;
 - d) Contratar e destituir o Capelão do(s) Seminário(s) da sua jurisdição, ouvido o Diretor;
 - e) Examinar e apreciar o relatório anual do(s) Seminário(s), bem como os livros de atas da Congregação, registrando suas observações;
 - f) Aprovar ou não os nomes de professores, encaminhados pela Congregação, bem como preletores das Semanas Teológicas e outros eventos;
 - g) Zelar pelo cumprimento da legislação eclesiástica, civil e trabalhista, e do plano de cargos e salários da IPB em todos os níveis da administração do(s) Seminário(s) a ela subordinadas;
 - h) Aprovar e encaminhar anualmente à JET, para aprovação da mesma, os relatórios das atividades do(s) Seminário(s) sob a sua jurisdição, consolidados em relatório próprio, bem como seu livro de atas;
 - i) Aprovar o valor das mensalidades do(s) Seminário(s) de sua região encaminhadas pelo Diretor até o final de outubro;
 - j) Cumprir e fazer cumprir as decisões emanadas da JET;
 - k) Julgar em grau de recurso, em primeira instância, atos do Diretor e da Congregação;
 - l) Comunicar aos Sínodos da sua respectiva região a existência de vaga na JURET, e solicitar a indicação de nomes acompanhada de currículos, para encaminhamento à CE-SC/IPB por meio da JET;
 - m) Aprovar o Regulamento Interno do(s) Seminário(s) sob a sua jurisdição, dando ciência à JET;
 - n) Aprovar a criação de cursos de extensão no(s) Seminário(s);
 - o) Nomear os Coordenadores de Cursos e de Departamentos;
 - p) Propor ao SC/IPB, por meio da JET, mudança ou alteração deste Regimento;
 - q) Definir critérios para concessão de bolsas de estudos, ouvido o Diretor;
 - r) Cumprir e fazer cumprir este Regimento;
- parágrafo 1º - Nos casos de Seminários com mantenedores próprios, estes submeterão, por intermédio da JURET, suas propostas orçamentárias à JET, para conhecimento.
- parágrafo 2º - De qualquer ato ou decisão da JURET caberá recurso à JET.

Art. 10 - A JURET terá a seguinte diretoria: Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos por seus pares no mês de agosto, com mandato de dois anos.

Art. 11 - Art. 11 - A JURET reunir-se-á ordinariamente, 3 vezes por ano, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, pela JET, ou por solicitação escrita de 3 de seus membros, ou, ainda, a pedido da Congregação em comunicação formal por meio de seu presidente.

parágrafo 1º - A convocação da Junta Regional de Educação Teológica far-se-á com a antecedência mínima de 8 (oito) dias.

parágrafo 2º - O quorum mínimo para funcionamento da JURET é de 3 (três) membros.

parágrafo 3º - Uma das reuniões ordinárias deverá sempre ocorrer no mês de agosto, ocasião em que ser fará, bi-anualmente, a eleição especificada no artigo 10.

Art. 12 - Os membros da JURET não percebem vencimentos para o desempenho de suas funções, fazendo jus, no entanto, ao reembolso de despesas de viagem, hospedagem e alimentação quando a serviço.

parágrafo 1º - Os membros da Junta Regional de Educação Teológica não respondem ativa, passiva, solidária, nem subsidiariamente pelas obrigações do Seminário.

parágrafo 2º - É vedada a contratação de cônjuges e parentes até terceiro grau de membros da JURET, durante o mandato dos mesmos, para cargo remunerado no Seminário, exceto no caso de anterior contratação à eleição do membro na JURET.

Art. 13 - Compete ao Presidente da Junta Regional de Educação Teológica:

- a) Integrar a JET como membro nato, prestando relatório à JURET;
- b) Convocar as reuniões da Junta e presidi-las;
- c) Comparecer ou não às reuniões da Congregação como membro ex-ofício;
- d) Cumprir e fazer cumprir as decisões da JET e da JURET.

Art. 14 - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos, e assumir definitivamente a presidência, até o final do mandato, nos casos de impedimento legal, renúncia ou morte do presidente.

Parágrafo único - Assumindo o vice-presidente, nos casos de impedimento legal, renúncia ou morte do presidente, compor-se-á a nova diretoria da JURET, mediante eleição de novo vice-presidente.

Art. 15 - Compete ao Secretário da JURET:

- a) Secretariar as reuniões, lavrar as respectivas atas e comunicar as decisões a quem de direito, com a máxima presteza;
- b) Redigir a correspondência e expedir documentos de sua alçada;
- c) Manter o arquivo, que deverá estar em no Seminário, indicado pela JURET, contando com o apoio da secretaria do mesmo;

- d) Substituir o Vice-Presidente em suas ausências e impedimentos;
- e) Transferir ao seu sucessor toda a documentação da JURET sob sua responsabilidade.

Seção II: Do Diretor e Capelão

Administração interna e vida espiritual - dos alunos do Seminário

Art. 16 - A administração interna do Seminário será de responsabilidade do Diretor, a quem compete:

- a) Gerir as atividades do Seminário;
- b) Superintender a administração dos bens patrimoniais de uso do Seminário, a execução orçamentária e o emprego dos recursos financeiros, observando as normas estabelecidas pela JURET, prestando conta aos órgãos competentes;
- c) Solicitar e autorizar serviços e execução de obras e a aquisição de bens móveis, observando as normas estabelecidas pela JURET e pela IPB;
- d) Exercer a administração sobre o pessoal técnico, administrativo e auxiliar;
- e) Velar pelo fiel cumprimento de todas as ordens e determinações baixadas pela JURET;
- f) Autorizar a matrícula dos alunos, deferir e indeferir requerimentos em geral;
- g) Convocar as reuniões e presidir a Congregação, assim como presidir a eleição dos representantes dos tutores eclesiais e dos professores;
- h) Representar o Seminário;
- i) Assinar certificados e diplomas, juntamente com o Secretário da Congregação;
- j) Prestar, no final do ano letivo, relatório de suas atividades à JURET, com cópia para a Congregação;
- l) Presidir as solenidades de formatura, colação de grau e outras promovidas pelo Seminário;
- m) Contratar funcionários que se fizerem necessários à boa administração, conforme previsão orçamentária.
- n) Manter em ordem todo o registro e manutenção dos bens móveis e imóveis utilizados pela entidade, observadas as diretrizes da JURET;
- o) Assinar cheques juntamente com o funcionário responsável pela tesouraria aprovado pela JURET;
- p) Indicar anualmente os coordenadores de Curso e Departamentos para aprovação ou não da JURET;
- q) Promover o Seminário junto às igrejas locais, presbitérios e sínodos, criando

processos de sua integração na região;

Parágrafo Único - O mandato do Diretor será de dois anos, podendo ser renovado sucessivamente, por iguais períodos.

Art. 17 - O cuidado da vida espiritual e devocional dos alunos, no âmbito do seminário, será de responsabilidade do Diretor, dos professores e, especificamente, do Capelão, a quem compete:

- a) Programar e acompanhar as atividades devocionais do Seminário, velando pela vida espiritual de toda a comunidade;
- b) Supervisionar e acompanhar o órgão de representação estudantil;
- c) Assistir espiritualmente e ministrar aconselhamento pastoral aos seminaristas, professores e funcionários;
- d) Acompanhar e estimular os seminaristas nos seus estágios práticos junto às Igrejas quando designado pela Congregação;
- e) Substituir o Diretor em suas faltas e impedimentos.

Parágrafo Único: O Capelão exercerá suas funções subordinado ao Diretor.

Art. 18 - É vedada a contratação de cônjuge e ou parente até terceiro grau do Diretor e do Capelão para cargo remunerado; nos casos de contratação prévia à nomeação do Diretor e/ou Capelão, será garantida a permanência do cônjuge ou parente, ouvida a JURET.

Seção III: Da Congregação (CG)

Art. 19 - A Congregação do Seminário é responsável pela vida acadêmica, competindo-lhe:

- a) Regulamentar os cursos de graduação e outros, bem como o controle de sua execução;
- b) Supervisionar as atividades didáticas;
- c) Elaborar as normas para o regime disciplinar;
- d) Dar orientação e assistência à comunidade estudantil nos seus problemas e aspirações;
- e) Informar ao tutor ou equivalente a aplicação de disciplina acadêmica;
- f) Assessorar o Diretor;

Parágrafo Único - A Congregação será presidida pelo Diretor e subordinada à JURET.

Art. 20 - A Congregação é constituída pelos seguintes membros: I. Diretor; II. Capelão; III. Coordenadores de Cursos e Departamentos; IV. Representante dos Professores; V. Representante dos Tutores eclesiais.

Parágrafo Único - Cabe ao presidente da congregação a liderança acadêmica do seminário, respeitado a autoridade colegiada.

Art. 21 - As reuniões da Congregação serão convocadas e presididas pelo Diretor.

parágrafo 1º - A Congregação elegerá anualmente, dentre os seus membros, docentes da Casa, o (a) Secretário (a), cabendo-lhe a responsabilidade de elaborar e manter o arquivo de atas e a correspondência;

parágrafo 2º - O Representante dos tutores será eleito anualmente pelos tutores dos alunos regulares vinculados à IPB, em processo coordenado pelo Diretor.

parágrafo 3º - O Representante dos professores será eleito anualmente, em reunião convocada pelo Diretor;

parágrafo 4º - O presidente do Diretório Acadêmico do Seminário, como representante dos alunos, manifestará por escrito à congregação, por intermédio do Capelão, eventuais aspirações, necessidades, pontos de vista do alunato com relação à vida acadêmica e espiritual da instituição;

Art. 22 - A Congregação reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente tantas vezes quanto necessário, por convocação do Diretor, ou por solicitação da maioria de seus membros.

parágrafo 1º - A convocação da Congregação far-se-á com a antecedência mínima de 8 (oito) dias.

parágrafo 2º - O quorum mínimo para as reuniões será a maioria absoluta de seus membros.

Art. 23 - São atribuições da Congregação:

- a) Exercer a jurisdição acadêmica do Seminário;
- b) Deliberar sobre questões de ordem pedagógica, didática e disciplinar;
- c) Deliberar sobre a concessão de crédito de disciplinas equivalentes nos casos de transferência de alunos oriundos de seminários evangélicos idôneos, respeitado na íntegra o Art. 44.

- d) Encaminhar à JURET o livro de atas para exame e aprovação;
- e) Tomar conhecimento e cumprir as resoluções encaminhadas pela JET e pela JURET;
- f) Dirigir, na pessoa de seu presidente, e supervisionar, colegiadamente, a vida acadêmica do Seminário;
- g) Regulamentar os Estágios Supervisionados;
- h) Aprovar o calendário anual de atividades do Seminário proposto pelo diretor, assegurando o cumprimento da carga horária mínima exigida;
- i) Estabelecer as normas gerais de funcionamento dos cursos e programas, zelando pelo cumprimento das diretrizes definidas pela JET e pela JURET;
- j) Promover semanas de atualização teológica para a consecução dos objetivos relacionados no artigo 2;
- k) Prover os meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento acadêmico;
- l) Receber e avaliar, ao final do ano letivo, os relatórios dos coordenadores de cursos; m) Suplementar, complementar e corroborar o ensino programático mediante a realização de preleções, estudos, conferências, simpósios, cursos, encontros, congressos, para grupos, classes ou todo o corpo discente, sem prejuízo das aulas regulares, consoante o especificado no artigo 2, disto dando ciência à JURET;
- n) Encaminhar à JURET, por meio do Diretor, proposta de nomes qualificados para a docência no Seminário, com todas as informações que justifiquem a indicação;
- o) Conferir o diploma e certificado de conclusão de curso aos alunos que completarem o Currículo de estudos programados para o Curso;
- p) Proceder periodicamente à avaliação do programa desenvolvido pelos professores de todas as áreas;
- q) Receber e avaliar relatório anual dos professores em tempo integral.
- r) Elaborar e aplicar exame de proficiência nos termos dos Art. 38, parágrafo único, e 39.

Parágrafo Único - O Secretário da Congregação assinará, juntamente com Diretor, os Diplomas e certificados conferidos.

CAPÍTULO III - DOS CURSOS

Art. 24 - O Seminário poderá oferecer cursos de graduação, pós-graduação e de extensão, ressalvado o disposto no artigo 3º.

- a) O Curso de Bacharelado em Teologia está estruturado de forma a atender ao Currículo e condições fixados pelo SC/IPB e destina-se, prioritariamente, à formação para o Ministério Pastoral;

- b) Outros cursos de bacharelado ou equivalente, tais como Educação a Distância, Educação Cristã, Missiologia e Música, organizados pela Congregação mediante plano de curso aprovado pela JURET e JET, destinam-se ao aperfeiçoamento ministerial para o desempenho do serviço da Igreja;
- c) Os cursos de pós-graduação lato sensu destinam-se ao aperfeiçoamento acadêmico, cultural e artístico desenvolvendo a capacidade de ensino e pesquisa no campo da Teologia e serão organizados pela Congregação mediante plano de curso aprovado pela JURET e JET.
- d) Os cursos strictu sensu serão realizados em parceria com o Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper conforme resolução CE-SC/IPB 2008, Doc. XIII.
- e) Os cursos de extensão destinam-se ao aperfeiçoamento ministerial e serão organizados pela Congregação mediante plano de curso aprovado pela JURET.
- Parágrafo único - Cada curso oferecido terá um Coordenador cujas atribuições serão definidas no Regulamento Interno do Seminário.
- f) Não é permitida a emissão de Certificado Parcial de Curso, tendo o aluno direito ao histórico das disciplinas cursadas.

CAPÍTULO IV - DOS DEPARTAMENTOS E CORPO DOCENTE

Art. 25 - O Departamento, menor fração da estrutura do Seminário, para os efeitos de organização didática e de distribuição de pessoal, compreende disciplinas afins e congrega professores para objetivo comum de ensino, pesquisa e extensão, distribuído nas seguintes áreas:

- I. Departamento de Cultura Geral.
- II. Departamento de Teologia Exegética;
- III. Departamento de Teologia Histórica;
- IV. Departamento de Teologia Pastoral;
- V. Departamento de Teologia Sistemática;

Parágrafo Único - O Departamento é dirigido por um Coordenador, nomeado pela JURET, cujas atribuições estão definidas no Regulamento Interno do Seminário.

Art. 26 - Ao Departamento compete:

- a) Executar e coordenar o ensino das diversas disciplinas sob sua responsabilidade;
- b) Encaminhar ao Coordenador do Curso, para aprovação da Congregação, os programas de ensino e planos de cursos das disciplinas;

- c) Sugerir medidas que visem à melhoria do ensino;
- d) Elaborar proposta dos recursos necessários à realização dos trabalhos;
- e) Colaborar com outros Departamentos do Seminário;
- f) Sugerir à Congregação a publicação de trabalhos produzidos por seus membros.

Art. 27 - O Corpo Docente do Seminário é constituído de professores de nível superior, preferencialmente pastores pós-graduados, que nele exerçam atividades de ensino, pesquisa e extensão conforme a seguinte designação:

- a) Docentes em regime integral ou parcial;
- b) Docentes visitantes;

Parágrafo Único - Os Docentes contratados em regime integral deverão ter, no mínimo, a titulação de Mestre na área em que lecionam.

Art. 28 - O regime de trabalho dos Docentes contratados abrangerá as modalidades: I. Integral - 40 horas semanais, sendo no mínimo 20 horas semanais de aulas; II. Parcial - Em função do número de horas semanais. III. Visitante - Cursos de curta duração.

parágrafo 1º - Entende-se por regime de trabalho de dedicação integral aquele em que o docente tem como obrigação prestar quarenta (40) horas semanais de trabalho ao Seminário seja em aulas, estudos e pesquisas, seja em produções literárias, trabalho de extensão, planejamento e avaliação, realizado, em princípio, no campus ou em outro local autorizado pela JURET;

parágrafo 2º - Os professores de tempo integral deverão apresentar à Congregação relatório anual de suas atividades profissionais;

parágrafo 3º - Professores visitantes são os que não têm vínculo permanente com o Seminário e ministram cursos aprovados em resolução da JURET, por período de curta duração.

Art. 29 - A adoção do regime de dedicação integral dependerá de proposta da Congregação, acompanhada de plano de trabalho, para aprovação da JURET.

Art. 30 - Os docentes incumbir-se-ão de:

- a) Participar da elaboração da proposta pedagógica e cumprir o plano de trabalho do estabelecimento de ensino;
- b) Elaborar o plano de curso de sua(s) respectiva(s) disciplina(s);

- c) Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- d) Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor aproveitamento; e) Ministras as aulas previstas no calendário escolar, além de desenvolver atividades extra-classe inerentes à sua função pedagógica.
- f) Contribuir para ampliação, difusão e transmissão do saber, a formação integral da personalidade;
- g) Elaborar questões para o Processo Nacional de Seleção e o Exame Nacional de Formandos, quando forem solicitados.

CAPÍTULO IV - DO CORPO DISCENTE

Art. 31 - O Corpo Discente do Seminário constitui-se de todos os alunos regularmente matriculados, cujos direitos e deveres estão definidos no Regulamento Interno do Seminário.

Parágrafo Único - Não serão matriculados candidatos que não tenham sido aprovados no Processo Nacional de Seleção, conforme art. 40.

Art. 32 - Ao Corpo Discente fica garantida a organização estudantil, por meio do Diretório Acadêmico, na forma definida no Regulamento próprio, aprovado pela congregação.

CAPÍTULO V - DA GRADE CURRICULAR

Art. 33 - O programa do curso de Bacharelado em Teologia dos Seminários Teológicos Presbiterianos obedecerá à grade curricular aprovada pelo Supremo Concílio.

parágrafo 1º - A grade do curso de Bacharelado em Teologia faz parte deste Regimento, na forma do Anexo I.

parágrafo 2º - Para outros cursos porventura oferecidos pelo Seminário, a JURET apresentará as respectivas grades curriculares para aprovação da JET.

Art. 34 - A grade curricular do curso de Bacharelado em Teologia terá uma carga horária mínima de 3.210 horas/aula e 214 créditos para conclusão do curso.

Art. 35 - As disciplinas estão divididas em duas classes:

- a) Disciplinas Obrigatórias - compostas das disciplinas que fazem parte da grade obrigatória para todos os Seminários e perfazem o total de 186 créditos e 2.790

horas/aula;

b) Disciplinas Eletivas - compostas das disciplinas que fazem parte da grade móvel, que poderão ser oferecidas pelos Seminários de acordo com suas possibilidades docentes e necessidades regionais, que perfazem o total de 28 créditos e 420 horas/aula.

Parágrafo Único - Somente as disciplinas constantes da grade obrigatória, com seus conteúdos programáticos unificados pela JET, serão utilizadas no Exame Nacional de Formandos, a ser aplicado aos alunos do último ano do bacharelado em Teologia.

CAPÍTULO VI - DO APROVEITAMENTO ESCOLAR

Art. 36 - A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) De estudos de recuperação, paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pela Congregação do Seminário.
- c) De estudos de recuperação, para os casos de reprovação, a serem disciplinados pela Congregação do Seminário.

Art. 37 - Para ser considerado aprovado em uma disciplina, o aluno deverá atender à frequência mínima de 75% das aulas ministradas e obter média, no mínimo, 7 (sete).

Art. 38 - O aluno poderá ser dispensado de disciplinas, a saber:

parágrafo 1º - Do departamento de cultura geral cursadas em outra instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, mediante parecer do professor da disciplina e do Coordenador Departamental e, havendo entre estes discordância, ouvida a Congregação.

parágrafo 2º - O aluno poderá ser dispensado das disciplinas de música e idiomas mediante aprovação em exame de proficiência.

Art. 39 - O aluno poderá ser dispensado das disciplinas cursadas em Institutos Bíblicos da IPB, desde que seja aprovado em exame de proficiência.

CAPÍTULO VII - DO PROCESSO SELETIVO E MATRÍCULA

Art. 40 - A seleção de mérito dos candidatos aos cursos de Bacharelado em Teologia constará de Processo Nacional de Seleção, compreendendo avaliações de Conhecimentos Gerais da Bíblia, Símbolos de Fé da IPB, línguas portuguesa e inglesa conforme critérios estabelecidos pela JET.

Art. 41 - Para a matrícula no curso de Bacharel em Teologia é obrigatório ao interessado, além de preencher os demais requisitos estabelecidos neste Regimento e ter nível médio completo, apresentar os seguintes documentos:

a) Certidão expedida pelo presbitério a que sua igreja estiver jurisdicionada, declarando que o mesmo foi aceito como Candidato ao Ministério na forma estabelecida pelo SC/IPB.

b) No caso de interessados que não sejam candidatos ao Ministério, certidão expedida pelo conselho da sua igreja - ou órgão equivalente, no caso de interessado não filiado a uma igreja presbiteriana - declarando que é membro de igreja evangélica, perfeitamente integrado, há pelo menos três (3) anos;

Parágrafo Único - Em nenhuma hipótese serão aceitos candidatos que não tenham concluído o Ensino Médio em instituição de ensino reconhecida pelo MEC, ou que não sejam membros de igrejas evangélicas.

Art. 42 - O candidato que for aceito após o exame de seleção de mérito deverá matricular-se regularmente em cada período letivo, nas épocas e prazos fixados pela Congregação.

Art. 43 - Recebem-se em transferência, alunos oriundos de outros Seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil, aos quais serão creditadas as disciplinas devidamente cursadas nessas instituições, do currículo aprovado pelo Supremo Concílio.

Art. 44 - Recebem-se, em transferência, após aprovação no Processo Nacional de Seleção, alunos oriundos de seminários evangélicos idôneos, aos quais serão creditadas as disciplinas equivalentes, mediante deliberação da congregação, em no máximo 40% da grade curricular em vigor.

parágrafo 1º - Só serão creditadas as disciplinas equivalentes nas quais o aluno tenha tido frequência mínima de 75% das aulas ministradas e obtido média, no mínimo, 7 (sete).

parágrafo 2º - No caso de curso não presencial somente serão creditadas disciplinas equivalentes até o máximo de 40% da grade curricular em vigor.

parágrafo 3º - Os alunos transferidos estão obrigados a atender aos pré-requisitos estipulados na composição curricular do Curso.

parágrafo 4º - A deliberação da congregação quanto ao aproveitamento de disciplinas equivalentes cursadas em seminários evangélicos idôneos será documentada e anexada ao prontuário do aluno.

CAPÍTULO VIII - DAS FINANÇAS

Art. 45 - Os recursos financeiros do Seminário são provenientes das seguintes fontes:

- a) Verba orçamentária da Tesouraria do Supremo Concílio da IPB ou do órgão mantenedor do Seminário;
- b) Anuidades pagas pelos alunos;
- c) Ofertas, doações, legados, taxas e rendimentos.

Parágrafo Único - O sustento pessoal do seminarista e suas despesas de manutenção no Seminário são da exclusiva alçada do seu órgão patrocinador, de sua família ou dele próprio.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46 - Os membros da Junta Regional de Educação Teológica e os integrantes da Congregação, exceção feita ao Diretor, não respondem, subsidiariamente ou solidariamente, por dívidas, obrigações e compromissos do Seminário, salvo na medida em que sejam diretamente responsáveis pelo fato.

Art. 47 - A dissolução ou cessação final das atividades do Seminário somente processar-se-á mediante expressa decisão do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Art. 48 - Este Regimento poderá ser alterado no todo ou em parte pelo Supremo Concílio.

Art. 49 - Os casos omissos serão resolvidos pela Junta de Educação Teológica, ouvida a CE-SC.

Art. 50 - São nulas de pleno direito quaisquer disposições que, no todo ou em parte, implícita ou expressamente, contrariem ou firam a Constituição da Igreja Presbiteriana do

Brasil.

Sala das Sessões, 15 de Julho de 2010.

Relator: Rev. Ludgero Bonilha Morais

Sub-relator: Rev. Marcos André Marques

Membros: Rev. Alexandre Neubert da Silva, Rev. Alexandre Rocha Petenati, Rev. Andrey Luz de Carvalho, Rev. Ashbell Simonton Redua, Presb. Darcy Thomé Da Silva, Presb. Delfino Conceição Teixeira, Rev. Dom João da Silva Varella, Rev. Edson de Castro, Presb. Felício Fernandes Bom, Rev. Francisco Creti Neto, Presb. Francisco Rosa Da Fonseca, Presb. Gerson Farias Filho, Rev. Gilberto Pires de Moraes, Presb. Hélio Guedes Montenegro Filho, Rev. Hélio De Oliveira Silva, Presb. Isaías Ferreira Mendonça, Rev. Ivo César Silva Mouzart, Presb. João Claudio Dos Santos Silva, Rev. Luiz Carlos Dos Santos, Rev. Luiz Viana De Alcantara Filho, Rev. Marcos Antônio Almeida Paixão, Rev. Miguel Marques Rodrigues, Rev. Milton Cesar Oliveira da Silva, Rev. Milton Ravacci de Oliveira, Rev. Natanael Miguel Sallum, Presb. Orley Magalhaes De Oliveira, Presb. Querubim Francisco Ferreira, Rev. Reginaldo José de Pinho Borges, Rev. Ricardo José Rosa, Rev. Ricardo Múcio, Presb. Ruy Carlos Mattos Griffo, Rev. Saulo Pereira de Carvalho.

Belo Horizonte, 11 de julho de 2010.

Ao Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil – Reunião Ordinária 2010.

Rev. Roberto Brasileiro Silva
MD Presidente do Supremo Concílio IPB

Estimado irmão em Cristo.

No cumprimento de minhas atribuições, encaminho documento anexo para consideração e deliberação da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Origem:

Junta de Educação Teológica

Assunto:

Sugestão de modificação no Regimento Interno dos Seminários e JURET's.

Anexos:

Sendo o que me cumpre, registro meu mais sincero apreço e consideração em Cristo

Fraternalmente



Rev. Ludgero Bonilha Morais
Secretário Executivo do Supremo Concílio da
Igreja Presbiteriana do Brasil

PROTOCOLO Nº 287

Destino:

Rev. Roberto Brasileiro
Presidente do SC/IPB

Data: 22/03/2010

São Paulo, 10 de abril de 2010

Ao Supremo Concílio da
Igreja Presbiteriana do Brasil – IPB
do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil

At. Rev. Ludgero Bonilha Moraes
M.D. Secretário Executivo do SC-IPB

“Bendito seja o Senhor que, dia a dia, leva o nosso fardo! Deus é a nossa salvação”.
Salmo 68.19

Ref.: **Sugestão de modificações no Regimento Interno dos Seminários e JURETs.**

Prezados Irmãos em Cristo Jesus:

A Junta de Educação Teológica da Igreja Presbiteriana do Brasil remete ao Supremo Concílio da IPB, para a apreciação e as providências cabíveis **Sugestão de modificações no Regimento Interno dos Seminários e JURETs.**

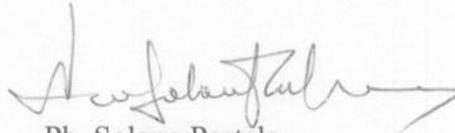
Informamos que o anexo contém o Regimento Interno atualmente em vigor na primeira coluna e, na segunda coluna, o texto modificado. Onde existem mudanças a célula está com a borda destacada. Nos trechos onde não existe modificação, foi feita a transcrição do atual, sem qualquer destaque, de tal forma que ambas as colunas contêm o texto completo (atual e modificado) do Regimento.



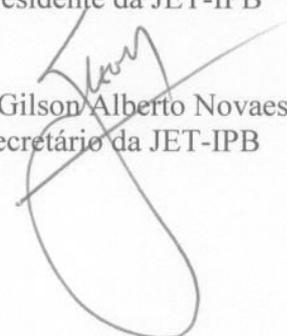
Agradecemos a atenção e estamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Desejando as bênçãos ao Colendo Concílio, firmamo-nos,

Fraternalmente,



Pb. Solano Portela
Presidente da JET-IPB



Pb. Gilson Alberto Novaes
Secretário da JET-IPB

PROPOSTA DE REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO

DOS SEMINÁRIOS TEOLÓGICOS DA IPB (e JURETs)

Atual

Final

CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO, DURAÇÃO E FINS.

Art. 1.º - Os Seminários Teológicos Presbiterianos são instituições de ensino superior, com duração indeterminada; têm como entidade mantenedora a Igreja Presbiteriana do Brasil, seu objetivo principal é a formação de Ministros para a Igreja, bem como desenvolver a pesquisa e os conhecimentos no campo da Teologia e outros cursos nos termos do Artigo 24.

CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO, DURAÇÃO E FINS.

Art. 1.º - Os Seminários Teológicos Presbiterianos são instituições de ensino superior, com duração indeterminada; têm como entidade mantenedora a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). , seu objetivo principal é a formação de Ministros para a Igreja, bem como desenvolver a pesquisa e os conhecimentos no campo da Teologia e outros cursos nos termos do Artigo 24. Os cursos mantidos pelos Seminários Presbiterianos, assim como os diplomas concedidos pelos mesmos, antecedem os requerimentos do Ministério da Educação e Cultura de 1999 e 2004 (Parecer 241/99 e 063/04) que tratam de cursos teológicos em Instituições de Ensino Superior. Conseqüentemente os seminários da IPB não se enquadram naqueles requisitos optando pela manutenção de cursos livres, úteis à expansão do presbiterianismo e ao crescimento do Reino de Deus no Brasil, sem submeter seus cursos a padrões e julgamentos seculares.

Art. 2º - No desenvolvimento de suas atividades, os Seminários procurarão cumprir a sua finalidade, observando os seguintes princípios básicos:

- a) Fidelidade às Escrituras Sagradas, como única regra de fé e prática;
- b) Lealdade à Confissão de Fé da IPB e seus Catecismos Maior e Breve, como fiel sistema expositivo de doutrina;
- c) Obediência à Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil.
- d) Igualdade de condições para o acesso e permanência nos cursos;
- e) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, a arte, o pensamento e o saber teológicos, observados os princípios expressos nas alíneas "a" e "b" deste artigo e a alínea "c" do artigo 24;
- f) Promoção de elevados padrões de espiritualidade e qualidade de ensino;
- g) Valorização das experiências formadoras da vida pastoral e missionária;
- h) Vinculação e aplicação do processo de aprendizagem teológica à obra missionária e às igrejas presbiterianas em todo o território nacional;
- i) Oferta de ensino, diurno e/ou noturno, adequado às condições do educando, observadas as necessidades das igrejas e disponibilidades dos Seminários;
- j) Ensino segundo os princípios da fé reformada.

Art. 3º - Os Seminários, criados pelo SC/IPB, oferecerão programas de graduação, pós-graduação (*Lato e Stricto Sensu*) e cursos de extensão no campo da Teologia. **Parágrafo Único:** Os cursos *stricto sensu* somente serão oferecidos após aprovação do SC/IPB, mediante parecer da JET.

CAPÍTULO II - DA ADMINISTRAÇÃO. -

Art. 4º - A administração dos Seminários é exercida por meio das seguintes instâncias: Junta de Educação Teológica (JET); Junta Regional de Educação Teológica (JURET); Diretor e Congregação.

Art. 2º - No desenvolvimento de suas atividades, os Seminários procurarão cumprir a sua finalidade, observando os seguintes princípios básicos:

- a) Fidelidade às Escrituras Sagradas, como única regra de fé e prática;
- b) Ensino segundo os princípios da fé reformada, expressos pela lealdade à Confissão de Fé da IPB e seus Catecismos Maior e Breve, como fiel sistema expositivo de doutrina;
- c) Obediência à Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil.
- f) Promoção de elevados padrões de espiritualidade e qualidade de ensino;
- g) Valorização das experiências formadoras da vida pastoral e missionária e aplicação do conhecimento adquirido à obra missionária e às igrejas presbiterianas em todo o território nacional;
- i) Oferta de ensino, diurno e/ou noturno, adequado às necessidades das igrejas da região e às possibilidades dos Seminários;

Art. 3º - Art. 3º - Os Seminários, criados pelo Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil (SC/IPB), oferecerão programas de graduação, pós-graduação (*Lato e Stricto Sensu*) e cursos de extensão no campo da Teologia.

Parágrafo Único: Os cursos *stricto sensu* somente serão oferecidos mediante parecer da Junta de Educação Teológica e após aprovação do SC/IPB, seguidos eventuais procedimentos estabelecidos por ele ou sua Comissão Executiva.

CAPÍTULO II - DA ADMINISTRAÇÃO. -

Art. 4º - A administração dos Seminários é exercida por meio das seguintes instâncias: Junta de Educação Teológica (JET); Junta Regional de Educação Teológica (JURET); Diretor e Congregação.

Art. 5º - A JET, estabelecida pelo SC/IPB, superintende a obra de educação teológica da Igreja, nos termos do seu Regimento Interno.

Seção I: Da Junta Regional de Educação Teológica (JURET). – Art. 6º - A JURET é o órgão encarregado de superintender a administração do(s) Seminário(s) de uma determinada região geográfica, subordinado à JET, conforme aprovação do Supremo Concílio.

Art. 7º - A JURET é constituída de 5 membros titulares e seus suplentes, sendo 3 pastores e 2 presbíteros, eleitos pelo SC, ou por sua CE, observando a representação de cada Sínodo da Região, não podendo ter mais de um representante por Sínodo como titular.

§ 1º - O mandato dos membros da JURET é de 4 anos com nomeação feita pelo SC/IPB ou pela CE-SC/IPB, a cada 2 anos alternadamente.

§ 2º - Não podem integrar a Junta Regional de Educação Teológica membros da JET eleitos pelo SC/IPB, da Congregação, nem membros dos corpos docente e discente, nem funcionários do(s) Seminário(s) superintendido(s) pela JURET.

§ 3º - O membro que faltar a duas (2) reuniões consecutivas sem justificativa será substituído pelo suplente, e seu Sínodo será comunicado de seu desligamento da JURET.

Art. 5º - A JET, estabelecida pelo SC/IPB, superintende a obra de educação teológica da Igreja, nos termos do seu Regimento Interno.

Seção I: Da Junta Regional de Educação Teológica (JURET). – Art. 6º - A JURET é subordinada à JET e é o órgão encarregado de superintender a administração de um ou mais Seminário(s) de uma determinada região geográfica, de acordo com a definição do SC/IPB.

Art. 7º - A JURET é constituída de 5 membros titulares e seus suplentes, sendo 3 pastores e 2 presbíteros, eleitos pelo SC, ou por sua CE, observando a representação de cada Sínodo da Região, não podendo ter mais de um representante por Sínodo como titular, exceto em casos em que suplentes tenham que assumir a vaga deixada por um titular.

§ 1º - O mandato dos membros da JURET é de 4 anos com nomeação feita pelo SC/IPB ou pela CE-SC/IPB, a cada 2 anos alternadamente.

§ 2º - Não podem integrar a Junta Regional de Educação Teológica membros da JET eleitos pelo SC/IPB, da Congregação, nem membros dos corpos docente e discente, nem funcionários do(s) Seminário(s) superintendido(s) pela JURET.

§ 3º - O membro que faltar a três (3) reuniões consecutivas sem justificativa ou com justificativa julgada não aceitável pela JURET, será substituído pelo suplente, e seu Sínodo será comunicado de seu desligamento da JURET. Compete aos membros confirmarem o seu comparecimento com antecedência de cinco (5) dias da data da reunião.

§ 4º - No impedimento de comparecimento de um membro titular, ou na ausência de confirmação, o suplente deverá ser convocado para aquela reunião específica;

§ 5º - Quando um Sínodo tiver mais de um representante na JURET em função de um suplente assumir a vaga de um titular, a CE/SC corrigirá a situação em sua próxima reunião ordinária, indicando

um novo titular para o mandato de 4 anos, voltando o suplente à sua posição.

Art. 8º - As áreas de atuação das JURETs são definidas conforme resolução do SC/IPB, que determina a distribuição geográfica dos Sínodos. Parágrafo Único - Os Seminários a serem criados serão jurisdicionados pela JURET de sua região.

Art. 9º - Compete à JURET:

- a) Superintender o(s) Seminário(s) em sua área de atuação;
- b) Receber e analisar a(s) proposta(s) orçamentária(s) do(s) Seminário(s) da sua região, submetendo-a(s) à aprovação da JET;
- c) Contratar e destituir o Diretor do(s) Seminário(s) da sua jurisdição;
- d) Contratar e destituir o Capelão do(s) Seminário(s) da sua jurisdição, ouvido o Diretor;
- e) Examinar e apreciar o relatório anual do(s) Seminário(s), bem como os livros de atas da Congregação, registrando suas observações;
- f) Aprovar ou não os nomes de professores, encaminhados pela Congregação, *bem como preletores das Semanas Teológicas e outros eventos*;
- g) Zelar pelo cumprimento da legislação eclesiástica, civil e trabalhista, e do plano de cargos e salários da IPB em todos os níveis da administração do(s) Seminário(s) a ela subordinadas;
- h) Aprovar e encaminhar anualmente à JET, para aprovação da mesma, os relatórios das atividades do(s) Seminário(s) sob a sua jurisdição, consolidados em relatório próprio, bem como seu livro de atas;
- i) Aprovar o valor das mensalidades do(s) Seminário(s) de sua região encaminhadas pelo Diretor até o final de outubro;
- j) Cumprir e fazer cumprir as decisões emanadas da JET;
- l) Julgar em grau de recurso, em primeira instância, atos do Diretor e da Congregação;
- m) Comunicar aos Sínodos da sua respectiva região a existência de vaga na JURET, e solicitar a indicação de nomes

Art. 8º - As áreas de atuação das JURETs são definidas conforme resolução do SC/IPB, que determina a distribuição geográfica dos Sínodos. Parágrafo Único - Os Seminários a serem criados serão jurisdicionados pela JURET de sua região.

Art. 9º - Compete à JURET:

- a) Superintender o(s) Seminário(s) em sua área de atuação;
- b) Receber e analisar a(s) proposta(s) orçamentária(s) do(s) Seminário(s) da sua região, submetendo-a(s) à aprovação da JET;
- c) Contratar e destituir o Diretor do(s) Seminário(s) da sua jurisdição;
- d) Contratar e destituir o Capelão do(s) Seminário(s) da sua jurisdição, ouvido o Diretor;
- e) Examinar e apreciar o relatório anual do(s) Seminário(s), bem como os livros de atas da Congregação, registrando suas observações;
- f) Aprovar ou não os nomes de professores, bem como a demissão de professores, encaminhados pelo presidente da Congregação, que é o diretor do Seminário, bem como preletores das Semanas Teológicas e outros eventos;
- g) Determinar ao diretor o suprimento de vacâncias ou lacunas no corpo docente, quando julgar necessário, mesmo sem ter recebido indicação específica das instâncias inferiores;
- h) Determinar ao diretor a demissão de professores que descumpram suas obrigações funcionais quando julgar que as providências necessárias não estão sendo tomadas;
- i) Zelar pelo cumprimento da legislação eclesiástica, civil e trabalhista, e do plano de cargos e salários da IPB em todos os níveis da administração do(s) Seminário(s) a ela subordinadas;
- i) Aprovar e encaminhar anualmente à JET, para aprovação da mesma, os relatórios das atividades do(s) Seminário(s) sob a sua jurisdição,

acompanhada de currículos, para encaminhamento à CE-SC/IPB por meio da JET;

n) Aprovar o Regulamento Interno do(s) Seminário(s) sob a sua jurisdição, dando ciência à JET;

o) Aprovar a criação de cursos de extensão no(s) Seminário(s);

p) Nomear os Coordenadores de Cursos e de Departamentos;

q) Propor ao SC/IPB, por meio da JET, mudança ou alteração deste Regimento;

r) Definir critérios para concessão de bolsas de estudos, ouvidos o Diretor e a Congregação;

s) Cumprir e fazer cumprir este Regimento;

§ 1º - Nos casos de Seminários com mantenedores próprios, estes submeterão suas propostas orçamentárias à JET, para conhecimento.

§ 2º - De qualquer ato ou decisão da JURET caberá recurso à JET.

Art. 10 - A JURET terá a seguinte diretoria: Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos por seus pares no mês de agosto, com mandato de dois anos.

Art. 11 - A JURET reunir-se-á ordinariamente, 3 vezes por ano, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, pela JET, ou por solicitação escrita de 3 de seus membros, ou, ainda, a pedido da Congregação.

§ 1º - A convocação da Junta Regional de Educação Teológica far-se-á com a antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§ 2º - O quorum mínimo para funcionamento da JURET é de 3 (três) membros.

consolidados em relatório próprio, bem como seu livro de atas;

j) Aprovar o valor das mensalidades do(s) Seminário(s) de sua região encaminhadas pelo Diretor até o final de outubro;

k) Cumprir e fazer cumprir as decisões emanadas da JET;

l) Julgar em grau de recurso, em primeira instância, atos do Diretor e da Congregação;

m) Comunicar aos Sínodos da sua respectiva região a existência de vaga na JURET, e solicitar a indicação de nomes acompanhada de currículos, para encaminhamento à CE-SC/IPB por meio da JET;

n) Aprovar o Regulamento Interno do(s) Seminário(s) sob a sua jurisdição, dando ciência à JET;

o) Aprovar a criação de cursos de extensão no(s) Seminário(s);

p) Nomear os Coordenadores de Cursos e de Departamentos;

q) Propor ao SC/IPB, por meio da JET, mudança ou alteração deste Regimento;

r) Definir critérios para concessão de bolsas de estudos, ouvido o Diretor;

s) Cumprir e fazer cumprir este Regimento;

§ 1º - Nos casos de Seminários com mantenedores próprios, estes submeterão, por intermédio da JURET, suas propostas orçamentárias à JET, para conhecimento.

§ 2º - De qualquer ato ou decisão da JURET caberá recurso à JET.

Art. 10 - A JURET terá a seguinte diretoria: Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos por seus pares no mês de agosto, com mandato de dois anos.

Art. 11 - Art. 11 - A JURET reunir-se-á ordinariamente, 3 vezes por ano, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, pela JET, ou por solicitação escrita de 3 de seus membros, ou, ainda, a pedido da Congregação em comunicação formal por meio de seu presidente.

§ 1º - A convocação da Junta Regional de Educação Teológica far-se-á com a antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§ 2º - O quorum mínimo para funcionamento da JURET é de 3 (três)

Art. 12 - Os membros da JURET não percebem vencimentos para o desempenho de suas funções, fazendo jus, no entanto, ao reembolso de despesas de viagem, hospedagem e alimentação quando a serviço.

§ 1º - Os membros da Junta Regional de Educação Teológica não respondem com os seus bens, por dívidas ou prejuízos financeiros na administração do Seminário.

§ 2º - É vedada a contratação de cônjuges e parentes até terceiro grau de membros da JURET, durante o mandato dos mesmos, para cargo remunerado no Seminário, exceto no caso de anterior contratação.

Art. 13 - Compete ao Presidente da Junta Regional de Educação Teológica:

- a) Integrar a JET como membro nato, prestando relatório à JURET;
- b) Convocar as reuniões da Junta e presidi-las;
- c) Comparecer ou não às reuniões da Congregação como membro ex-ofício;
- d) Cumprir e fazer cumprir as decisões da JET e da JURET.

Art. 14 - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos.

membros.

§ 3º - Uma das reuniões ordinárias deverá sempre ocorrer no mês de agosto, ocasião em que se fará, bi-anualmente, a eleição especificada no artigo 10.

Art. 12 - Os membros da JURET não percebem vencimentos para o desempenho de suas funções, fazendo jus, no entanto, ao reembolso de despesas de viagem, hospedagem e alimentação quando a serviço.

§ 1º - Os membros da Junta Regional de Educação Teológica não respondem ativa, passiva, solidária, nem subsidiariamente pelas obrigações do Seminário.

§ 2º - É vedada a contratação de cônjuges e parentes até terceiro grau de membros da JURET, durante o mandato dos mesmos, para cargo remunerado no Seminário, exceto no caso de anterior contratação à eleição do membro na JURET.

Art. 13 - Compete ao Presidente da Junta Regional de Educação Teológica:

- a) Integrar a JET como membro nato, prestando relatório à JURET;
- b) Convocar as reuniões da Junta e presidi-las;
- c) Comparecer ou não às reuniões da Congregação como membro ex-ofício;
- d) Cumprir e fazer cumprir as decisões da JET e da JURET.

Art. 14 - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos, assumindo, definitivamente a presidência, até o final do mandato, nos casos de renúncia ou morte.

Parágrafo único - Assumindo o vice-presidente, nos casos de renúncia ou morte do presidente, compor-se-á a nova diretoria da JURET, mediante eleição de novo vice-presidente.

Art. 15 - Compete ao Secretário da JURET:

- a) Secretariar as reuniões, lavrar as respectivas atas e comunicar as decisões a quem de direito, com a máxima presteza;
- b) Redigir a correspondência e expedir documentos de sua alçada;
- c) Manter o arquivo, que deverá estar em um do (s) Seminário(s), indicado pela JURET, contando com o apoio da secretaria do mesmo;
- d) Substituir o Vice-Presidente em suas ausências e impedimentos;
- e) Transferir ao seu sucessor toda a documentação da JURET sob sua responsabilidade.

Seção II: Do Diretor – Administração interna e vida espiritual - dos alunos do Seminário –

Art. 16 - A administração interna do Seminário será de responsabilidade do Diretor, a quem compete:

- a) Gerir as atividades do Seminário;
- b) Superintender a administração dos bens patrimoniais de uso do Seminário, a execução orçamentária e o emprego dos recursos financeiros, observando as normas estabelecidas pela JURET, prestando conta aos órgãos competentes;
- c) Solicitar e autorizar serviços e execução de obras e a aquisição de bens móveis, observando as normas estabelecidas pela JURET e pela IPB;
- d) Exercer a administração sobre o pessoal técnico, administrativo e auxiliar;
- e) Velar pelo fiel cumprimento de todas as ordens e determinações baixadas pela JURET;
- f) Autorizar a matrícula dos alunos e deferir requerimentos em geral;
- g) Convocar e presidir as reuniões da Congregação e da eleição dos representantes dos tutores eclesiais e dos professores;
- h) Representar o Seminário;
- i) Assinar certificados e diplomas, juntamente com o Secretário da Congregação;
- j) Prestar, no final do ano letivo, relatório de suas atividades à JURET, com cópia para a Congregação;
- l) Presidir as solenidades de formatura, colação de grau e outras promovidas pelo

Art. 15 - Compete ao Secretário da JURET:

- a) Secretariar as reuniões, lavrar as respectivas atas e comunicar as decisões a quem de direito, com a máxima presteza;
- b) Redigir a correspondência e expedir documentos de sua alçada;
- c) Manter o arquivo, que deverá estar em no Seminário, indicado pela JURET, contando com o apoio da secretaria do mesmo;
- d) Substituir o Vice-Presidente em suas ausências e impedimentos;
- e) Transferir ao seu sucessor toda a documentação da JURET sob sua responsabilidade.

Seção II: Do Diretor e Capelão – Administração interna e vida espiritual - dos alunos do Seminário –

Art. 16 - A administração interna do Seminário será de responsabilidade do Diretor, a quem compete:

- a) Gerir as atividades do Seminário;
- b) Superintender a administração dos bens patrimoniais de uso do Seminário, a execução orçamentária e o emprego dos recursos financeiros, observando as normas estabelecidas pela JURET, prestando conta aos órgãos competentes;
- c) Solicitar e autorizar serviços e execução de obras e a aquisição de bens móveis, observando as normas estabelecidas pela JURET e pela IPB;
- d) Exercer a administração sobre o pessoal técnico, administrativo e auxiliar;
- e) Velar pelo fiel cumprimento de todas as ordens e determinações baixadas pela JURET;
- f) Autorizar a matrícula dos alunos, deferir e indeferir requerimentos em geral;
- g) Convocar as reuniões e presidir a Congregação, assim como presidir a eleição dos representantes dos tutores eclesiais e dos professores;
- h) Representar o Seminário;
- i) Assinar certificados e diplomas, juntamente com o Secretário da Congregação;
- j) Prestar, no final do ano letivo, relatório de suas atividades à JURET, com cópia para a Congregação;
- l) Presidir as solenidades de formatura, colação de grau e outras promovidas pelo

Seminário;

m) Contratar funcionários que se fizerem necessários à boa administração, conforme previsão orçamentária;

n) Manter em ordem todo o registro e manutenção dos bens móveis e imóveis utilizados pela entidade, observadas as diretrizes da JURET;

o) Assinar cheques juntamente com o funcionário responsável pela tesouraria aprovado pela JURET;

p) Indicar anualmente os coordenadores de Curso e Departamentos para aprovação ou não da JURET;

q) Promover o Seminário junto às igrejas locais, presbitérios e sínodos, criando processos de sua integração na região;

Seminário;

m) Contratar funcionários que se fizerem necessários à boa administração, conforme previsão orçamentária, inclusive os professores, seguindo as determinações da JURET;

n) Manter em ordem todo o registro e manutenção dos bens móveis e imóveis utilizados pela entidade, observadas as diretrizes da JURET;

o) Assinar cheques juntamente com o funcionário responsável pela tesouraria aprovado pela JURET;

p) Indicar anualmente os coordenadores de Curso e Departamentos para aprovação ou não da JURET;

q) Indicar e encaminhar à JURET os nomes de professores, *bem como preletores das Semanas Teológicas e outros eventos, ouvida a congregação*;

r) Promover o Seminário junto às igrejas locais, presbitérios e sínodos, criando processos de sua integração na região;

Parágrafo Único - O mandato do Diretor será de dois anos, podendo ser renovado sucessivamente, por iguais períodos.

Art. 17 - O cuidado da vida espiritual e devocional dos alunos, no âmbito do seminário, será de responsabilidade do Capelão, a quem compete:

a) Programar e acompanhar as atividades devocionais do Seminário, velando pela vida espiritual de toda a comunidade;

b) Supervisionar e acompanhar o órgão de representação estudantil;

c) Assistir espiritualmente e ministrar aconselhamento pastoral aos seminaristas, professores e funcionários;

d) Acompanhar e estimular os seminaristas nos seus estágios práticos junto às Igrejas quando designado pela Congregação;

e) Substituir o Diretor em suas faltas e impedimentos.

Parágrafo Único: O Capelão exercerá suas funções subordinado ao Diretor.

Parágrafo Único - O mandato do Diretor será de dois anos, podendo ser renovado sucessivamente, por iguais períodos.

Art. 17 - O cuidado da vida espiritual e devocional dos alunos, no âmbito do seminário, será de responsabilidade do Diretor, dos professores e, especificamente, do Capelão, a quem compete:

a) Programar e acompanhar as atividades devocionais do Seminário, velando pela vida espiritual de toda a comunidade;

b) Supervisionar e acompanhar o órgão de representação estudantil;

c) Assistir espiritualmente e ministrar aconselhamento pastoral aos seminaristas, professores e funcionários;

d) Acompanhar e estimular os seminaristas nos seus estágios práticos junto às Igrejas quando designado pela Congregação;

e) Substituir o Diretor em suas faltas e impedimentos.

Parágrafo Único: O Capelão exercerá suas funções subordinado ao Diretor.

Art. 18 - É vedada a contratação de cônjuge e ou parente até terceiro grau do Diretor e do Capelão para cargo remunerado.

Seção III: Da Congregação (CG) –

Art. 19 - A Congregação do Seminário é responsável pela vida acadêmica, competindo-lhe:

- a) Regular os cursos de graduação e outros, bem como o controle de sua execução;
- b) Supervisionar as atividades didáticas;
- c) Elaborar as normas para o regime disciplinar;
- d) Dar orientação e assistência à comunidade estudantil nos seus problemas e aspirações;
- e) Informar ao tutor ou equivalente a aplicação de disciplina acadêmica;

Parágrafo Único - A Congregação será subordinada à JURET.

Art. 20 - A Congregação é constituída pelos seguintes membros: I. Diretor; II. Capelão; III. Coordenadores de Cursos e Departamentos; IV. Representante dos Professores; V. Representante dos Alunos; VI. Representante dos Tutores eclesiais.

Art. 18 - É vedada a contratação de cônjuge e ou parente até terceiro grau do Diretor e do Capelão para cargo remunerado; nos casos de contratação prévia à nomeação do Diretor e/ou Capelão, será garantida a permanência do cônjuge ou parente, ouvida a JURET.

Seção III: Da Congregação (CG) –

Art. 19 - A Congregação do Seminário é o colegiado responsável pela vida acadêmica, competindo-lhe:

- a) Regular os cursos de graduação e outros, bem como o controle de sua execução;
- b) Supervisionar as atividades didáticas;
- c) Elaborar as normas para o regime disciplinar;
- d) Dar orientação e assistência à comunidade estudantil nos seus problemas e aspirações;
- e) Informar ao tutor ou equivalente a aplicação de disciplina acadêmica;
- f) Assessorar o Diretor;

Parágrafo Único - A Congregação será presidida pelo Diretor e subordinada à JURET.

Art. 20 - A Congregação é constituída pelos seguintes membros: I. Diretor; II. Capelão; III. Coordenadores de Cursos e Departamentos; IV. Representante dos Professores; V. Representante dos Tutores eclesiais.

Parágrafo Único – Cabe ao presidente da congregação a liderança acadêmica do seminário, respeitada a autoridade colegiada.

Art. 21 - As reuniões da Congregação serão convocadas e presididas pelo Diretor.

§ 1º - A Congregação elegerá anualmente, dentre os seus membros, docentes da Casa, o (a) Secretário (a), cabendo-lhe a responsabilidade de elaborar e manter o arquivo de atas e a correspondência;

§ 2º - O Representante dos alunos será o presidente do Diretório Acadêmico do Seminário;

§ 3º - O Representante dos tutores será eleito anualmente pelos tutores dos alunos regulares vinculados à IPB, em processo coordenado pelo Diretor.

§ 4º - O Representante dos professores será eleito anualmente, em reunião convocada pelo Diretor.

Art. 22 - A Congregação reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente tantas vezes quanto necessário, por convocação do Diretor, ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 1º - A convocação da Congregação far-se-á com a antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§ 2º - O quorum mínimo para as reuniões será a maioria absoluta de seus membros.

Art. 23 - São atribuições da Congregação:

- a) Exercer a jurisdição acadêmica do Seminário;
- b) Deliberar sobre questões de ordem pedagógica, didática e disciplinar;
- c) Encaminhar à JURET o livro de atas para exame e aprovação;
- d) Tomar conhecimento e cumprir as resoluções encaminhadas pela JET e pela JURET;
- e) Dirigir e supervisionar a vida acadêmica do Seminário;
- f) Regulamentar os Estágios Supervisionados;
- g) Aprovar o calendário anual de

Art. 21 - As reuniões da Congregação serão convocadas e presididas pelo Diretor.

§ 1º - A Congregação elegerá anualmente, dentre os seus membros, docentes da Casa, o (a) Secretário (a), cabendo-lhe a responsabilidade de elaborar e manter o arquivo de atas e a correspondência;

§ 2º - O Representante dos tutores será eleito anualmente pelos tutores dos alunos regulares vinculados à IPB, em processo coordenado pelo Diretor.

§ 3º - O Representante dos professores será eleito anualmente, em reunião convocada pelo Diretor;

§ 4º - O presidente do Diretório Acadêmico do Seminário, como representante dos alunos, manifestará por escrito à congregação, por intermédio do Capelão, eventuais aspirações, necessidades, pontos de vista do alunato com relação à vida acadêmica e espiritual da instituição;

Art. 22 - A Congregação reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente tantas vezes quanto necessário, por convocação do Presidente, ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 1º - A convocação da Congregação far-se-á com a antecedência mínima de 8 (oito) dias.

§ 2º - O quorum mínimo para as reuniões será a maioria absoluta de seus membros.

Art. 23 - São atribuições da Congregação:

- a) Exercer a jurisdição acadêmica do Seminário;
- b) Deliberar sobre questões de ordem pedagógica, didática e disciplinar;
- c) Deliberar sobre a concessão de crédito de disciplinas equivalentes nos casos de transferência de alunos oriundos de seminários evangélicos idôneos, respeitado na íntegra o Art. 44.
- d) Encaminhar à JURET o livro de atas para exame e aprovação;
- e) Tomar conhecimento e cumprir as resoluções encaminhadas pela JET e pela JURET;

atividades do Seminário, assegurando o cumprimento da carga horária mínima exigida, ou seja, 800 horas/aula, 200 dias letivos, distribuídos em 40 Semanas;

h) Estabelecer as normas gerais de funcionamento dos cursos e programas, zelando pelo cumprimento das diretrizes definidas pela JET e pela JURET;

i) Promover semanas de atualização teológica;

j) Prover os meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento acadêmico;

l) Receber e avaliar, ao final do ano letivo, os relatórios dos coordenadores de cursos; m) Suplementar, complementar e corroborar o ensino programático mediante a realização de preleções, estudos, conferências, simpósios, cursos, encontros, congressos, para grupos, classes ou todo o corpo discente, sem prejuízo das aulas regulares, disto dando ciência à JURET;

n) Encaminhar à JURET, por meio do Diretor, proposta de nomes qualificados para a docência no Seminário, com todas as informações que justifiquem a indicação;

o) Conferir o diploma e certificado de conclusão de curso aos alunos que completarem o Currículo de estudos programados para o Curso;

p) Proceder periodicamente à avaliação do programa desenvolvido pelos professores de todas as áreas;

q) Receber e avaliar relatório anual dos professores em tempo integral.

r) Elaborar e aplicar exame de proficiência nos termos dos Art. 38, § único, e 39.

Parágrafo Único - O Secretário da Congregação assinará, juntamente com Diretor, os Diplomas e certificados conferidos.

f) Dirigir, na pessoa de seu presidente, e supervisionar, colegiadamente, a vida acadêmica do Seminário;

g) Regular os Estágios Supervisionados;

h) Aprovar o calendário anual de atividades do Seminário proposto pelo diretor, assegurando o cumprimento da carga horária mínima exigida;

i) Estabelecer as normas gerais de funcionamento dos cursos e programas, zelando pelo cumprimento das diretrizes definidas pela JET e pela JURET;

j) Promover semanas de atualização teológica para a consecução dos objetivos relacionados no artigo 2;

k) Prover os meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento acadêmico;

l) Receber e avaliar, ao final do ano letivo, os relatórios dos coordenadores de cursos; m) Suplementar, complementar e corroborar o ensino programático mediante a realização de preleções, estudos, conferências, simpósios, cursos, encontros, congressos, para grupos, classes ou todo o corpo discente, sem prejuízo das aulas regulares, consoante o especificado no artigo 2, disto dando ciência à JURET;

n) Manifestar-se em caráter consultivo quanto às indicações de nomes qualificados para a docência no Seminário, com todas as informações pertinentes à manifestação;

o) Conferir o diploma e certificado de conclusão de curso aos alunos que completarem o Currículo de estudos programados para o Curso;

p) Proceder periodicamente à avaliação do programa desenvolvido pelos professores de todas as áreas;

q) Receber e avaliar relatório anual dos professores em tempo integral.

r) Elaborar e aplicar exame de proficiência nos termos dos Art. 38, § único, e 39.

Parágrafo Único - O Secretário da Congregação assinará, juntamente com Diretor, os Diplomas e certificados conferidos.

CAPÍTULO III – DOS CURSOS - Art. 24 -

O Seminário poderá oferecer cursos de graduação, pós-graduação e de extensão, ressalvado o disposto no artigo 3º.

a) O Curso de Bacharelado em Teologia está estruturado de forma a atender ao Currículo e condições fixados pelo SC/IPB e destina-se, prioritariamente, à formação para o Ministério Pastoral;

b) Outros cursos de bacharelado ou equivalente, tais como Educação a Distância, Educação Cristã, Missiologia e Música, organizados pela Congregação mediante plano de curso aprovado pela JURET e JET, destinam-se ao aperfeiçoamento ministerial para o desempenho do serviço da Igreja;

c) Os cursos de pós-graduação destinam-se ao aperfeiçoamento acadêmico, cultural e artístico desenvolvendo a capacidade de ensino e pesquisa no campo da Teologia e serão organizados pela Congregação mediante plano de curso aprovado pela JURET e JET.

d) Os cursos de extensão destinam-se ao aperfeiçoamento ministerial e serão organizados pela Congregação mediante plano de curso aprovado pela JURET. Parágrafo Único - Cada curso oferecido terá um Coordenador cujas atribuições serão definidas no Regulamento Interno do Seminário.

CAPÍTULO IV – DOS DEPARTAMENTOS E CORPO DOCENTE - Art. 25 –

O Departamento, menor fração da estrutura do Seminário, para os efeitos de organização didática e de distribuição de pessoal, compreende disciplinas afins e congrega professores para objetivo comum de ensino, pesquisa e extensão, distribuído nas seguintes áreas:

- I. Departamento de Cultura Geral.

CAPÍTULO III – DOS CURSOS - Art. 24 -

O Seminário poderá oferecer cursos de graduação, pós-graduação e de extensão, ressalvado o disposto no artigo 3º.

a) O Curso de Bacharelado em Teologia está estruturado de forma a atender ao Currículo e condições fixados pelo SC/IPB e destina-se, prioritariamente, à formação para o Ministério Pastoral;

b) Outros cursos de bacharelado ou equivalente, tais como Educação a Distância, Educação Cristã, Missiologia e Música, organizados pela Congregação mediante plano de curso aprovado pela JURET e JET, destinam-se ao aperfeiçoamento ministerial para o desempenho do serviço da Igreja;

c) Os cursos de pós-graduação *lato sensu* destinam-se ao aperfeiçoamento acadêmico, cultural e artístico desenvolvendo a capacidade de ensino e pesquisa no campo da Teologia e serão organizados pela Congregação mediante plano de curso aprovado pela JURET e JET.

d) Os cursos *strictu sensu* serão realizados em parceria com o Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper conforme resolução CE-SC/IPB 2008, Doc. XIII.

e) Os cursos de extensão destinam-se ao aperfeiçoamento ministerial e serão organizados pela Congregação mediante plano de curso aprovado pela JURET.

Parágrafo único - Cada curso oferecido terá um Coordenador cujas atribuições serão definidas no Regulamento Interno do Seminário.

f) Não é permitida a emissão de Certificado Parcial de Curso, tendo o aluno direito ao histórico das disciplinas cursadas.

CAPÍTULO IV – DOS DEPARTAMENTOS E CORPO DOCENTE - Art. 25 –

O Departamento, menor fração da estrutura do Seminário, para os efeitos de organização didática e de distribuição de pessoal, compreende disciplinas afins e congrega professores para objetivo comum de ensino, pesquisa e extensão, distribuído nas seguintes áreas:

- I. Departamento de Cultura Geral.

- II. II. Departamento de Teologia Exegética;
- III. III. Departamento de Teologia Histórica;
- IV. IV. Departamento de Teologia Pastoral;
- V. V. Departamento de Teologia Sistemática;

Parágrafo Único – O Departamento é dirigido por um Coordenador, nomeado pela JURET, cujas atribuições estão definidas no Regulamento Interno do Seminário.

Art. 26 – Ao Departamento compete:

- a) Executar e coordenar o ensino das diversas disciplinas sob sua responsabilidade;
- b) Encaminhar ao Coordenador do Curso, para aprovação da Congregação, os programas de ensino e planos de cursos das disciplinas;
- c) Sugerir medidas que visem à melhoria do ensino;
- d) Elaborar proposta dos recursos necessários à realização dos trabalhos;
- e) Colaborar com outros Departamentos do Seminário;
- f) Sugerir à Congregação a publicação de trabalhos produzidos por seus membros.

Art. 27 - O Corpo Docente do Seminário é constituído de professores de nível superior, preferencialmente pastores pós-graduados, que nele exerçam atividades de ensino, pesquisa e extensão conforme a seguinte designação:

- a) Docentes em regime integral ou parcial;
- b) Docentes visitantes;

Parágrafo Único – Os Docentes contratados em regime integral deverão ter, no mínimo, a titulação de Mestre na área em que lecionam.

Art. 28 – O regime de trabalho dos Docentes contratados abrangerá as modalidades: I. Integral – 40 horas semanais, sendo no mínimo 20 horas semanais de aulas;

II. Parcial – Em função do número de horas semanais.

III. Visitante – Cursos de curta duração.

- II. Departamento de Teologia Exegética;
- III. Departamento de Teologia Histórica;
- IV. Departamento de Teologia Pastoral;
- V. Departamento de Teologia Sistemática;

Parágrafo Único – O Departamento é dirigido por um Coordenador, nomeado pela JURET, cujas atribuições estão definidas no Regulamento Interno do Seminário.

Art. 26 – Ao Departamento compete:

- a) Executar e coordenar o ensino das diversas disciplinas sob sua responsabilidade;
- b) Encaminhar ao Coordenador do Curso, para aprovação da Congregação, os programas de ensino e planos de cursos das disciplinas;
- c) Sugerir medidas que visem à melhoria do ensino;
- d) Elaborar proposta dos recursos necessários à realização dos trabalhos;
- e) Colaborar com outros Departamentos do Seminário;
- f) Sugerir à Congregação a publicação de trabalhos produzidos por seus membros.

Art. 27 - O Corpo Docente do Seminário é constituído de professores de nível superior, preferencialmente pastores pós-graduados, que nele exerçam atividades de ensino, pesquisa e extensão conforme a seguinte designação:

- a) Docentes em regime integral ou parcial;
- b) Docentes visitantes;

Parágrafo Único – Os Docentes contratados em regime integral deverão ter, no mínimo, a titulação de Mestre na área em que lecionam.

Art. 28 – O regime de trabalho dos Docentes contratados abrangerá as modalidades: I. Integral – 40 horas semanais, sendo no mínimo 20 horas semanais de aulas;

II. Parcial – Em função do número de horas semanais.

III. Visitante – Cursos de curta duração.

§ 1º - Entende-se por regime de trabalho de dedicação integral aquele em que o docente tem como obrigação prestar quarenta (40) horas semanais de trabalho ao Seminário seja em aulas, estudos e pesquisas, seja em produções literárias, trabalho de extensão, planejamento e avaliação, realizado, em princípio, no campus ou em outro local autorizado pela JURET;

§ 2º - Os professores de tempo integral deverão apresentar à Congregação relatório anual de suas atividades profissionais;

§ 3º - Professores visitantes são os que não têm vínculo permanente com o Seminário e ministram cursos aprovados em resolução da JURET, por período de curta duração.

Art. 29 - A adoção do regime de dedicação integral dependerá de proposta da Congregação, acompanhada de plano de trabalho, para aprovação da JURET.

Art. 30 - Os docentes incumbir-se-ão de:

- Participar da elaboração da proposta pedagógica e cumprir o plano de trabalho do estabelecimento de ensino;
- Elaborar o plano de curso de sua(s) respectiva(s) disciplina(s);
- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor aproveitamento;
- Ministrar as aulas previstas no calendário escolar, além de desenvolver atividades extra-classe inerentes à sua função pedagógica.
- Contribuir para ampliação, difusão e transmissão do saber, a formação integral da personalidade;
- Elaborar questões para o Processo Nacional de Seleção e o Exame Nacional de Formandos, quando forem solicitados.

CAPÍTULO IV - DO CORPO DISCENTE -

Art. 31 - O Corpo Discente do Seminário constitui-se de todos os alunos regularmente matriculados, cujos direitos e deveres estão definidos no Regulamento Interno do Seminário.

§ 1º - Entende-se por regime de trabalho de dedicação integral aquele em que o docente tem como obrigação prestar quarenta (40) horas semanais de trabalho ao Seminário seja em aulas, estudos e pesquisas, seja em produções literárias, trabalho de extensão, planejamento e avaliação, realizado, em princípio, no campus ou em outro local autorizado pela JURET;

§ 2º - Os professores de tempo integral deverão apresentar à Congregação relatório anual de suas atividades profissionais;

§ 3º - Professores visitantes são os que não têm vínculo permanente com o Seminário e ministram cursos aprovados em resolução da JURET, por período de curta duração.

Art. 29 - A adoção do regime de dedicação integral dependerá de proposta da Congregação, acompanhada de plano de trabalho, para aprovação da JURET.

Art. 30 - Os docentes incumbir-se-ão de:

- Participar da elaboração da proposta pedagógica e cumprir o plano de trabalho do estabelecimento de ensino;
- Elaborar o plano de curso de sua(s) respectiva(s) disciplina(s);
- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor aproveitamento;
- Ministrar as aulas previstas no calendário escolar, além de desenvolver atividades extra-classe inerentes à sua função pedagógica.
- Contribuir para ampliação, difusão e transmissão do saber, a formação integral da personalidade;
- Elaborar questões para o Processo Nacional de Seleção e o Exame Nacional de Formandos, quando forem solicitados.

CAPÍTULO IV - DO CORPO DISCENTE -

Art. 31 - O Corpo Discente do Seminário constitui-se de todos os alunos regularmente matriculados, cujos direitos e deveres estão definidos no Regulamento Interno do Seminário.

Parágrafo Único - Não serão matriculados candidatos que não tenham sido aprovados no Processo Nacional de Seleção, conforme art. 40.

Art. 32 – Ao Corpo Discente fica garantida a organização estudantil, por meio do Diretório Acadêmico, na forma definida no Regulamento próprio, aprovado pela congregação.

CAPÍTULO V – DA GRADE CURRICULAR - Art. 33 - O programa do curso de Bacharelado em Teologia dos Seminários Teológicos Presbiterianos obedecerá à grade curricular aprovada pelo Supremo Concílio.

§ 1º – A grade do curso de Bacharelado em Teologia faz parte deste Regimento, na forma do Anexo I.

§ 2º - Para outros cursos porventura oferecidos pelo Seminário, a JURET apresentará as respectivas grades curriculares para aprovação da JET.

Art. 34 – A grade curricular do curso de Bacharelado em Teologia terá uma carga horária mínima anual de 800 horas/aula, no mínimo de 3.210 horas/aula e 214 créditos para conclusão do curso.

Art. 35 – As disciplinas estão divididas em duas classes:

a) Disciplinas Obrigatórias – compostas das disciplinas que fazem parte da grade obrigatória para todos os Seminários e perfazem o total de 186 créditos e 2.790 horas/aula;

b) Disciplinas Eletivas – compostas das disciplinas que fazem parte da grade móvel, que poderão ser oferecidas pelos Seminários de acordo com suas possibilidades docentes e necessidades regionais, que perfazem o total de 28 créditos e 420 horas/aula.

Parágrafo Único – Somente as disciplinas constantes da grade obrigatória serão utilizadas no Exame Nacional de Formandos, a ser aplicado aos alunos do último ano do bacharelado em Teologia.

Art. 32 – Ao Corpo Discente fica garantida a organização estudantil, por meio do Diretório Acadêmico, na forma definida no Regulamento próprio, aprovado pela congregação.

CAPÍTULO V – DA GRADE CURRICULAR - Art. 33 - O programa do curso de Bacharelado em Teologia dos Seminários Teológicos Presbiterianos obedecerá à grade curricular aprovada pelo Supremo Concílio.

§ 1º – A grade do curso de Bacharelado em Teologia faz parte deste Regimento, na forma do Anexo I.

§ 2º - Para outros cursos porventura oferecidos pelo Seminário, a JURET apresentará as respectivas grades curriculares para aprovação da JET.

Art. 34 – A grade curricular do curso de Bacharelado em Teologia terá uma carga horária mínima de 3.210 horas/aula e 214 créditos para conclusão do curso.

Art. 35 – As disciplinas estão divididas em duas classes:

a) Disciplinas Obrigatórias – compostas das disciplinas que fazem parte da grade obrigatória para todos os Seminários e perfazem o total de 186 créditos e 2.790 horas/aula;

b) Disciplinas Eletivas – compostas das disciplinas que fazem parte da grade móvel, que poderão ser oferecidas pelos Seminários de acordo com suas possibilidades docentes e necessidades regionais, que perfazem o total de 28 créditos e 420 horas/aula.

Parágrafo Único – Somente as disciplinas constantes da grade obrigatória, com seus conteúdos programáticos unificados pela JET, serão utilizadas no Exame Nacional de Formandos, a ser aplicado aos alunos do último ano do bacharelado em Teologia.

CAPÍTULO VI - DO APROVEITAMENTO

ESCOLAR - Art. 36 - A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) De estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pela Congregação do Seminário.

Art. 37 - Para ser considerado aprovado em uma disciplina, o aluno deverá atender à frequência mínima de 75% das aulas ministradas e obter média, no mínimo, 7 (sete).

Art. 38 - O aluno poderá ser dispensado das disciplinas do departamento de cultura geral cursadas em outra instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, mediante parecer da Congregação.

Parágrafo Único - O aluno poderá ser dispensado das disciplinas de música e idiomas mediante aprovação em exame de proficiência.

Art. 39 - O aluno poderá ser dispensado das disciplinas cursadas em Institutos Bíblicos da IPB, desde que seja aprovado em exame de proficiência.

CAPÍTULO VI - DO APROVEITAMENTO

ESCOLAR - Art. 36 - A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) De estudos de recuperação, paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pela Congregação do Seminário.
- c) De estudos de recuperação, para os casos de reprovação, a serem disciplinados pela Congregação do Seminário.

Art. 37 - Para ser considerado aprovado em uma disciplina, o aluno deverá atender à frequência mínima de 75% das aulas ministradas e obter média, no mínimo, 7 (sete).

Art. 38 - O aluno poderá ser dispensado de disciplinas, a saber:

§ 1º - Do departamento de cultura geral cursadas em outra instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, mediante parecer do professor da disciplina e do Coordenador Departamental e, havendo entre estes discordância, ouvida a Congregação.

§ 2º - Os membros da Junta Regional de Educação

§ 2º - O aluno poderá ser dispensado das disciplinas de música e idiomas mediante aprovação em exame de proficiência.

Art. 39 - O aluno poderá ser dispensado das disciplinas cursadas em Institutos Bíblicos da IPB, desde que seja aprovado em exame de proficiência.

CAPÍTULO VII - DO PROCESSO SELETIVO E MATRÍCULA - Art. 40 - A

seleção de mérito dos candidatos aos cursos de Bacharelado em Teologia constará de Processo Nacional de Seleção, compreendendo avaliações de Conhecimentos Gerais da Bíblia, Símbolos de Fé da IPB, línguas portuguesa e inglesa conforme critérios estabelecidos pela JET.

Art. 41 - Para a matrícula no curso de Bacharel em Teologia é obrigatório ao interessado, além de preencher os demais requisitos estabelecidos neste Regimento e ter nível médio completo, apresentar os seguintes documentos:

a) Certidão expedida pelo presbitério a que sua igreja estiver jurisdicionada, declarando que o mesmo foi aceito como Candidato ao Ministério na forma estabelecida pelo SC/IPB.

b) No caso de interessados que não sejam candidatos ao Ministério, certidão expedida pelo conselho da sua igreja - ou órgão equivalente, no caso de interessado não filiado a uma igreja presbiteriana - declarando que é membro de igreja evangélica, perfeitamente integrado, há pelo menos três (3) anos;

Parágrafo Único - Em nenhuma hipótese serão aceitos candidatos que não tenham concluído o Ensino Médio em instituição de ensino reconhecida pelo MEC, ou que não sejam membros de igrejas evangélicas.

Art. 42 - O candidato que for aceito após o exame de seleção de mérito deverá matricular-se regularmente em cada período letivo, nas épocas e prazos fixados pela Congregação.

Art. 43 - Recebem-se em transferência, alunos oriundos de outros Seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil, aos quais serão creditadas as disciplinas devidamente cursadas nessas instituições, do currículo aprovado pelo Supremo Concílio.

CAPÍTULO VII - DO PROCESSO SELETIVO E MATRÍCULA - Art. 40 - A

seleção de mérito dos candidatos aos cursos de Bacharelado em Teologia constará de Processo Nacional de Seleção, compreendendo avaliações de Conhecimentos Gerais da Bíblia, Símbolos de Fé da IPB, línguas portuguesa e inglesa conforme critérios estabelecidos pela JET.

Art. 41 - Para a matrícula no curso de Bacharel em Teologia é obrigatório ao interessado, além de preencher os demais requisitos estabelecidos neste Regimento e ter nível médio completo, apresentar os seguintes documentos:

a) Certidão expedida pelo presbitério a que sua igreja estiver jurisdicionada, declarando que o mesmo foi aceito como Candidato ao Ministério na forma estabelecida pelo SC/IPB.

b) No caso de interessados que não sejam candidatos ao Ministério, certidão expedida pelo conselho da sua igreja - ou órgão equivalente, no caso de interessado não filiado a uma igreja presbiteriana - declarando que é membro de igreja evangélica, perfeitamente integrado, há pelo menos três (3) anos;

Parágrafo Único - Em nenhuma hipótese serão aceitos candidatos que não tenham concluído o Ensino Médio em instituição de ensino reconhecida pelo MEC, ou que não sejam membros de igrejas evangélicas.

Art. 42 - O candidato que for aceito após o exame de seleção de mérito deverá matricular-se regularmente em cada período letivo, nas épocas e prazos fixados pela Congregação.

Art. 43 - Recebem-se em transferência, alunos oriundos de outros Seminários da Igreja Presbiteriana do Brasil, aos quais serão creditadas as disciplinas devidamente cursadas nessas instituições, do currículo aprovado pelo Supremo Concílio.

Art. 44 - Recebem-se, em transferência, alunos oriundos de seminários evangélicos idôneos, aos quais serão creditadas as disciplinas equivalentes, ouvida a Congregação, em no máximo 50% da grade curricular em vigor.

Parágrafo Único - Os alunos transferidos estão obrigados a atender aos pré-requisitos estipulados na composição curricular do Curso.

Art. 44 - Recebem-se, em transferência, após aprovação no Processo Nacional de Seleção, alunos oriundos de seminários evangélicos idôneos, aos quais serão creditadas as disciplinas equivalentes, mediante deliberação da congregação, em no máximo 40% da grade curricular em vigor.

§ 1º - Só serão creditadas as disciplinas equivalentes nas quais o aluno tenha tido frequência mínima de 75% das aulas ministradas e obtido média, no mínimo, 7 (sete).

§ 2º - No caso de curso não presencial, também poderão ser creditadas disciplinas equivalentes, em até 40% da grade curricular, cursadas em seminários ou faculdades teológicas idôneas, mediante deliberação da congregação.

§ 3º - Os alunos transferidos estão obrigados a atender aos pré-requisitos estipulados na composição curricular do Curso.

§ 4º - A deliberação da congregação quanto ao aproveitamento de disciplinas equivalentes cursadas em seminários evangélicos idôneos será documentada e anexada ao prontuário do aluno.

CAPÍTULO VIII - DAS FINANÇAS - Art. 45

Os recursos financeiros do Seminário são provenientes das seguintes fontes:

- a) Verba orçamentária da Tesouraria do Supremo Concílio da IPB ou do órgão mantenedor do Seminário;
- b) Anuidades pagas pelos alunos;
- c) Ofertas, doações, legados, taxas e rendimentos.

Parágrafo Único - O sustento pessoal do seminarista e suas despesas de manutenção no Seminário são da exclusiva alçada do seu órgão patrocinador, de sua família ou dele próprio.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS - Art. 46

Os membros da Junta Regional de Educação Teológica e os integrantes da Congregação, exceção feita ao Diretor, não respondem, subsidiária ou solidariamente, por dívidas, obrigações e compromissos do Seminário, salvo na medida em que sejam diretamente

CAPÍTULO VIII - DAS FINANÇAS - Art. 45

Os recursos financeiros do Seminário são provenientes das seguintes fontes:

- a) Verba orçamentária da Tesouraria do Supremo Concílio da IPB ou do órgão mantenedor do Seminário;
- b) Anuidades pagas pelos alunos;
- c) Ofertas, doações, legados, taxas e rendimentos.

Parágrafo Único - O sustento pessoal do seminarista e suas despesas de manutenção no Seminário são da exclusiva alçada do seu órgão patrocinador, de sua família ou dele próprio.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES GERAIS - Art. 46

Os membros da Junta Regional de Educação Teológica e os integrantes da Congregação, exceção feita ao Diretor, não respondem, subsidiária ou solidariamente, por dívidas, obrigações e compromissos do Seminário, salvo na medida em que sejam diretamente

responsáveis pelo fato.

Art. 47 - A dissolução ou cessação final das atividades do Seminário somente processar-se-á mediante expressa decisão do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Art. 48 - Este Regimento poderá ser alterado no todo ou em parte pelo Supremo Concílio.

Art. 49 - Os casos omissos serão resolvidos pela Junta de Educação Teológica, ouvida a CE-SC.

Art. 50 - São nulas de pleno direito quaisquer disposições que, no todo ou em parte, implícita ou expressamente, contrariem ou firam a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil.

responsáveis pelo fato.

Art. 47 - A dissolução ou cessação final das atividades do Seminário somente processar-se-á mediante expressa decisão do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Art. 48 - Este Regimento poderá ser alterado no todo ou em parte pelo Supremo Concílio.

Art. 49 - Os casos omissos serão resolvidos pela Junta de Educação Teológica, ouvida a CE-SC.

Art. 50 - São nulas de pleno direito quaisquer disposições que, no todo ou em parte, implícita ou expressamente, contrariem ou firam a Constituição da Igreja Presbiteriana do Brasil.

**ANEXO I – IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL – GRADE CURRICULAR –
BACHARELADO EM TEOLOGIA DOS SEMINÁRIOS – GRADE FIXA –
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS – Total de 186 Créditos e 2.790 horas/aula¹ (*)**

DISCIPLINAS	CRÉD.	RESUMO DAS EMENTAS
Departamento de Cultura 34		
Geral		
Português 1	2	Gramática da Língua Portuguesa.
Português 2	2	Gramática da Língua Portuguesa.
Português 3	2	Literatura e interpretação de textos.
Português 4	2	Literatura e interpretação de textos.
Inglês Instrumental	4	Gramática e tradução de textos gerais e teológicos.
Metodologia da Pesquisa Científica	2	Como organizar um programa de estudo. Como confeccionar um trabalho.
Psicologia Geral	2	Estudos dos aspectos psicológicos da personalidade humana.
Introdução à Filosofia	2	Cosmologia, Teodicéia, Ontologia.
História da Filosofia	2	Antiga e Medieval; Moderna e Contemporânea: até o final do século XX.
Sociologia Geral	2	O fato social, grupos sociais, elementos estruturais, atividades e funções.
Antropologia	2	O homem, as raças, a cultura humana, costumes,
Monografia 1	2	Metodologia, pesquisa e elaboração de ante-projeto da monografia.
Monografia 2	8	Atividade prática de elaboração da monografia.
Departamento de Teologia 44		
Exegética		
Introdução e Análise do AT	2	Cânon, crítica textual, histórica e literária, autoria, data dos livros do AT.
Introdução e Análise do NT	2	Cânon, crítica textual, histórica e literária, autoria, data dos livros do NT.

¹ Grade Curricular dos Seminários da IPB

Geografia e Arqueologia Bíblica	2	Geografia e achados arqueológicos dos povos e das terras do AT e NT.
Hebraico 1	4	Gramática, exercícios, leitura e tradução de textos bíblicos.
Hebraico 2	4	Gramática, exercícios, leitura e tradução de textos bíblicos.
Grego 1	4	Gramática, exercícios, leitura e tradução de textos bíblicos.
Grego 2	4	Gramática, exercícios, leitura e tradução de textos bíblicos.
Hermenêutica 1	2	Necessidade e regras: estudo etimológico, gramatical e contextual.
Hermenêutica 2	2	Estudo de gêneros literários na Bíblia.
Teologia Bíblica do AT	2	Distinção da Sistemática. Temas Básicos: Pacto, Promessa e Reino no AT.
Teologia Bíblica do NT	2	Distinção da Sistemática. Temas Básicos: Pacto, Promessa e Reino no NT.
Exegese do Antigo Testamento I	2	Estudo gramatical, literário, histórico e teológico do texto.
Metodologia da Pesquisa Exegética	2	Orientação metodológica – transição das línguas originais à Exegese.
Exegese do Antigo Testamento II	2	Estudo gramatical, literário, histórico e teológico do texto.
Exegese do Antigo Testamento III	2	Estudo gramatical, literário, histórico e teológico do texto.
Exegese Novo Testamento I	2	Estudo gramatical, literário, histórico e teológico do texto.
Exegese Novo Testamento II	2	Estudo gramatical, literário, histórico e teológico do texto.
Exegese Novo Testamento III	2	Estudo gramatical, literário, histórico e teológico do texto.

Departamento de Teologia Histórica 20

História da Igreja 1	4	Primitiva e Medieval até a Reforma.
História da Igreja 2	4	Reforma e Pós-Reforma. De Lutero até os

		Puritanos.
História da Igreja 3	4	Avivamentos, Moderna e Contemporânea.
História da Igreja Brasileira	2	Franceses, holandeses e missões estrangeiras. As igrejas no Brasil.
História da IPB	4	Desde a origem até nossos dias.
História das Missões	2	Estudo do movimento missionário.
Departamento de Teologia 58		
Pastoral		
Vocação e Espiritualidade 1	2	Estudo da vocação ministerial e dos sinais de seu chamado.
Vocação e Espiritualidade 2	2	Estudo das qualidades, preparo do ministro e seus relacionamentos.
Poimênica 1	2	Estudo da prática pastoral: aconselhamento e clínica pastoral.
Poimênica 2	2	Estudo da prática pastoral: aconselhamento e clínica pastoral.
Liderança	2	Qualidades que devem ter os líderes; estudo dos grandes líderes da Bíblia.
Gestão Eclesiástica	2	Princípios da gestão administrativa da igreja local.
Teologia de Missões 1	2	Teologia das missões no AT, a partir da Soteriologia Reformada.
Teologia de Missões 2	2	Teologia das missões no NT, a partir da Soteriologia Reformada.
Evangelização	2	Estudo dos meios pessoais ou coletivos para proclamar a redenção.
Educação Cristã	4	Estudo dos meios e do processo de treinamento de líderes e membros.
Prática de Ensino	2	Prática de exposição da Bíblia através de aula.
Constituição e Ordem 1	2	Estudo da Constituição e do Código de Disciplina.
Constituição e Ordem 2	2	Estudo dos Princípios de Liturgia e dos Regimentos Internos.

Homilética	2	Natureza, objetivo e autoridade bíblica da pregação: aplicação da retórica.
Prática de Pregação 1	2	Prática de exposição da Bíblia através de sermões.
Prática de Pregação 2	2	Prática de exposição da Bíblia através de sermões.
Prática de Pregação 3	2	Prática de exposição da Bíblia através de sermões.
Prática de Pregação 4	2	Prática de exposição da Bíblia através de sermões.
Plantação e Revitalização de Igrejas	4	Teoria e prática de plantação e revitalização de igrejas.
Estágio 1	4	Atividade prática supervisionada.
Estágio 2	4	Atividade prática supervisionada.
Estágio 3	4	Atividade prática supervisionada.
Estágio 4	4	Atividade prática supervisionada.

Departamento de Teologia Sistemática	30	
---	-----------	--

Teologia Sistemática 1	4	Prolegômenos, Bibliologia e Teontologia
Teologia Sistemática 2	2	Antropologia
Teologia Sistemática 3	2	Cristologia
Teologia Sistemática 4	2	Soteriologia
Teologia Sistemática 5	2	Pneumatologia
Teologia Sistemática 6	2	Eclesiologia
Teologia Sistemática 7	2	Escatologia
Teologia do Culto 1	2	O culto: Período patriarcal e mosaico; Cristo; a igreja; a Reforma; hoje.
Teologia do Culto 2	2	Liturgia, música e adoração.
História do Pensamento Cristão 1	2	Patrística, Medieval e Reforma
História do Pensamento Cristão 2	2	Teologia Contemporânea. Correntes representativas do pensamento.

Ética Cristã	2	Estudo da postura bíblico-cristã frente aos desafios contemporâneos.
Símbolos de Fé da IPB	2	Estudos na Confissão de Fé e nos Catecismos Maior e Breve.
Cosmovisão Calvinista	2	Panorama da visão de mundo de Calvino.

(¹) A grade obrigatória corresponde a 87% dos créditos a serem cursados pelos alunos e foco do Exame Nacional de Formandos. **GRADE MÓVEL - DISCIPLINAS ELETIVAS** - Da grade móvel aprovada pelo SC-IPB, a Congregação do Seminário poderá escolher as disciplinas correspondentes a 13% dos créditos a serem cursados pelos alunos, num total de 28 créditos e 420 horas/aulas, levando em conta a disponibilidade docente e a necessidade regional. Esta parte dos créditos não é foco do Exame Nacional de Formandos. -----

DISCIPLINAS	CRÉD.	RESUMO DAS EMENTAS
CG – Andragogia	2	Como ensinar adultos
CG – Didática	2	Técnicas de ensino.
CG – Elaboração e Sustentabilidade de Projetos	2	Elaboração e execução de projetos.
CG – Espanhol	4	Estudo instrumental do espanhol.
CG – Gestão do Terceiro Setor	2	Características e possibilidades da gestão do terceiro setor.
CG – Inglês 2	4	Estudo instrumental do inglês.
CG – Latim	2	Gramática, exercícios, leitura e tradução de textos.
CG – Lógica	2	A natureza da idéia, do juízo, do raciocínio.
CG – Música	2	Teoria básica.
CG – Oratória	2	Técnicas de discurso.
CG – Planejamento Estratégico	2	As etapas na realização e prática de um Planejamento Estratégico.
CG – Psicologia da Religião	2	Estudo do fenômeno religioso referente à conversão e as conseqüências.
CG – Realidades Regionais	2	Estudo do fenômeno religioso e social, da região onde está o Seminário.
CG – Técnicas de Comunicação	2	Estudo e análise das principais técnicas de que se serve a comunicação.

TE – Cultura Semítica e Helênica	2	Cultura Semítica e Helênica
TE – Manuscritologia	2	Manuscritologia.
TE – Exegese do Antigo Testamento IV	2	Estudo gramatical, literário, histórico e teológico do texto
TE – Exegese Novo Testamento IV	2	Estudo gramatical, literário, histórico e teológico do texto
TE – Estudo da Teologia Apocalíptica	2	Estudo da literatura apocalíptica na Bíblia
TH – História de Israel	2	AT e Período Intertestamentário
TH – História dos Avivamentos	2	História dos Avivamentos
TP – Acampamentos e Retiros Espirituais	2	Organização de Acampamentos e Retiros.
TP – Ação Social	2	Estratégias de Ação Social
TP – Administração de Conflitos na Igreja	2	Estudo e aplicação de princípios bíblicos para convivência na igreja.
TP – Capelania	2	Modalidades e execução do trabalho de capelania.
TP – Comunicação Social	2	Técnicas de uso de televisão, rádio e afins.
TP – Denominações e Seitas	2	Principais denominações e seitas e seus desafios apologéticos.
TP – Dons e Ministérios	2	Estudo e aplicação de dons e ministérios.
TP – Missões Transculturais	2	Técnicas especiais de missões em outras etnias.
TP – Missões Urbanas	2	Técnicas especiais de missões em aglomerados urbanos.
TS – Apologética	2	Abordagem epistemológica reformada frente aos desafios humanistas.
TS – Catolicismo popular e culto afro-brasileiro	2	Estudo do catolicismo popular e culto afro-brasileiro
TS – Cremos e Confissões	2	Estudo histórico e sistemático de Cremos e Confissões
TS – Neopentecostalismo	2	Estudo do movimento neopentecostal.

TS – Religião e Sociedade Pós- 2
moderna

Estudo do fenômeno religioso na sociedade
brasileira atual.

TS – Teologia e Visão Social 2
Calvinista

O pensamento social do Calvinismo.